

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N.º , DE 2016.

(Do Sr. Dep. SIBÁ MACHADO)

Requer realização de audiência pública para debater a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, transformando-os no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados para debater a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, transformando-os no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

1. O Ministro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
2. Presidente da ANATEL;
3. Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC;
4. Representante da Academia Brasileira de Ciências;
5. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANDIFES
6. Representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB;
7. Representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, CONFAP;
8. Representante da Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social;
9. Representante da FITRATELP - Entidade Sindical que congrega os sindicatos que representam toda a categoria profissional dos trabalhadores em telecomunicações.

JUSTIFICATIVA

A fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e do Ministério das Comunicações, transformando-os no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, traz grande preocupação devido a grande diferença de procedimentos, objetivos e missões desses dois ministérios. A agenda do MCTI se construiu, historicamente, baseada em critérios de mérito científico e tecnológico. Os programas são formatados e avaliados por comissões técnicas que têm a participação da comunidade científica e também da comunidade empresarial envolvida em atividades Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Já o Ministério das Comunicações envolve relações políticas e práticas nas áreas de telecomunicações e radiodifusão, incluindo concessões de emissoras de rádio e televisão, empresas de correio, governança da internet, definição das políticas de telecomunicações e TV paga. Na área do MCTI esta, também, o fomento à pesquisa, envolvendo inclusive a criação de redes multidisciplinares e interinstitucionais de pesquisadores, programas temáticos em diversas áreas importantes para a sociedade brasileira, fomento à inovação tecnológica em empresas, administração e fomento das atividades envolvendo energia nuclear, nanotecnologia, mudanças climáticas e produção de radiofármacos, entre tantas outras.

A junção dessas atividades díspares em um único Ministério enfraqueceria tanto o setor de ciência, tecnologia e inovação, que, em outros países, ganha importância em uma economia mundial crescentemente baseada no conhecimento e é considerado o motor do desenvolvimento, tanto como o setor de telecomunicações e radiodifusão, que estão no centro do processo de convergência tecnológica, acelerado com a massificação da banda larga.

Nesse contexto, faz-se necessário uma avaliação tanto do ponto de vista do mérito da fusão como dos aspectos relacionados à alocação dos recursos entre as unidades gestoras das políticas da nova pasta.

Pelo acima exposto, entendemos ser crucial debater a referida fusão.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 2016.

Deputado Sibá Machado – PT/AC